

AURÉLIO, Marlos. *A Igreja do papa Francisco à luz do Vaticano II*. Aparecida: Santuário, 2017.

O livro *A Igreja do Papa Francisco à luz do Vaticano II*, de Marlos Aurélio, busca evidenciar o modo de ser Igreja do Papa Francisco, isto é, uma Igreja que caminha nas estradas dos dramas da sociedade atual, retomando, atualizando e tentando colocar em prática muitos dos elementos do Vaticano II. O bispo de Roma apresenta uma Igreja que é família, onde não existe burocracia com a autoridade, mas proximidade, encontro, simplicidade, diálogo. Com muita ousadia e coragem Francisco busca atualizar o Evangelho partindo das realidades e tragédias atuais, afinal a Igreja necessita estar em constante diálogo com o mundo, mostrando seu compromisso e atuação a exemplo de Jesus de Nazaré.

Composto por três capítulos, o autor faz no primeiro uma breve contextualização sobre o Concílio Vaticano I e como foi a preparação do solo no qual foram plantadas as sementes do Vaticano II. Antes do Concílio Vaticano II a Igreja era marcada por traços medievais, preocupada consigo mesma, muito mais auto referencial e fortemente hegemônica. É importante levar em consideração que muitas das posturas tomadas pelo Vaticano I foram frutos de experiências históricas um tanto traumáticas para a Igreja de Roma, fazendo com que atitudes de fechamento e recrudescimento fossem assumidas. Além disso, a forte centralização do poder, caracterizado por um caráter societário e hierárquico, revelam uma Igreja longe do princípio de comunhão, chegando ao ponto de fazer algumas outras denominações cristãs se reconhecerem erradas, exigindo-as a assumirem uma disposição em retornar para a Igreja Católica.

Apresentando essas características históricas importantes chega-se ao advento do Vaticano II, onde Aurélio ressalta a importância do que foi esse Concílio na história da própria Igreja e do mundo, afinal um dos maiores eventos do século XX. Os ventos do Concílio Vaticano II foram fortes o suficiente para abrir as janelas da Igreja fazendo entrar novos ares, perpetrando a luz do sol em lugares “mofados” pela intransigência, dando mais vigor, dinamismo e frescor diante de atitudes de *ensimesmamento*, como diria Francisco.

Alguns fatores como o movimento litúrgico, a importância da dimensão comunitária, a revalorização dos leigos no atuar da fé cristã na sociedade, o aprofundamento dos estudos bíblicos, a patrística e também os desafios que a

Igreja tinha a sua frente em um mundo marcado por conflitos fizeram com que uma figura cheia de carisma e voz profética anunciasse em 25 de janeiro de 1959 o que aconteceria poucos anos depois: um Concílio Ecumênico na Igreja católica. Essa figura era o Papa João XXIII, conhecido como o “papa bom”. Sua sensibilidade, perspicácia e preocupação com a Igreja fez com que houvesse um *church turn*, revirando fortemente o modo de se perceber, atuar e estar da Igreja dentro dela mesma e também no mundo. O espírito de comunhão começou a permear as estruturas da Igreja, fazendo com que o foco antes voltado para a hierarquia fosse apontado para a dimensão comunitária-igualitária, onde todos, pelo batismo, são membros da Igreja, enriquecendo-a com seus dons, carismas e ministérios pessoais próprios.

Apresentando a reviravolta que foi o Vaticano II no seio da Igreja, o autor mostra algumas curiosidades e informações gerais desse evento marcante do século XX além de ratificar o caráter eminentemente eclesiológico e pastoral desse concílio. No final do primeiro capítulo são apresentados alguns dos elementos eclesiológicos preciosos do Vaticano II como:

- Princípio de Colegialidade: é o modo como deve ser apresentada a estrutura de governo da Igreja, pois a decisão não deve partir de uma pessoa ou um grupo, mas levar em consideração o todo em relação à parte. Pode-se descrever essa postura com uma outra palavra mais dinâmica: sinodalidade, isto é, caminhar juntos, afinal a Igreja é participação e comunhão.

- Relação entre Igreja local e universal: o centro dessa relação está no equilíbrio entre os bispos e o pontífice. O Concílio contribuiu fortemente no desenvolvimento de comunhão entre as igrejas, deixando de lado a visão das igrejas particulares como filiais da matriz que seria a Igreja Universal. O pano de fundo que dessa relação está na acolhida e proteção das riquezas culturais somadas ao local onde está inserida a igreja, sendo oposição a um modo universal de conceber a Igreja que deixa de lado os valores particulares.

- O ministério petrino, o papado na Igreja: o Concílio deu um novo rosto ao ministério do papa; e a questão essencial que dava esse ar de mudança era a teologia renovada dos ministérios. Nesse tema, Aurélio mostra de onde vem o termo bispo de Roma, expressão que Francisco costuma usar, revelando que o Papa não é o bispo de toda a Igreja Católica, mas é bispo de uma Igreja local, presidindo-a no amor.

- O episcopado como princípio e coração da ação eclesial colegial: abordar o tema do episcopado incorporando o princípio de colegialidade dava espaço para uma doutrina do primado mais orgânica e equilibrada. Nesse sentido, o poder de ordem de um bispo não é diferente do que o do Papa, pelo contrário, são iguais, porém em proporções e responsabilidades distintas. Nas linhas do livro encontram-se informações e curiosidades de como essa abordagem foi sendo elaborada no decorrer das sessões do Concílio.

- A diaconia como pressuposto da verdadeira *koinonia*: a ideia de apresentar o tema do diaconato foi muito utilizada pelos bispos, pois aproximadamente 341

deles estavam se referindo ao diaconato permanente. O diaconato é uma retomada nas fontes do sacramento da Ordem, porém deixando-o de lado em momentos efetivos como a participação e corresponsabilidade no interior da comunidade local.

- O despontar do laicato: uma das chaves essenciais para se entender o laicato na Igreja católica de acordo com o Vaticano II está em reconhecer que cada pessoa como sujeito eclesial, deixando de lado uma visão mais submissa do leigo, indo além do senso de pertença à Igreja. Outra consideração fundamental dentro do concílio que facilitou evidenciar a importância dos leigos foi a consciência que o sacerdócio comum dos fieis é a base de todo cristão na missão da Igreja, isto é, todos são profetas, sacerdotes e reis.

Para finalizar o primeiro capítulo são apresentados doze grandes sinais de conversão, frutos das sessões conciliares. Esses sinais são de fundamental serventia para que não se fiquem esquecidas passagens e acontecimentos do fantástico ambiente criado durante esse evento eclesial, marcado por uma forte renovação eclesiológica.

Já o segundo capítulo apresenta a Igreja – Povo de Deus, mostrando como foi a trajetória para se chegar a essa opção teológica tão inclusiva, gerando diversos conflitos e discussões diante de grupos que possuíam uma visão de Igreja hierárquica e societária. O autor deixa claro que tratar a Igreja na categoria Povo de Deus é muito mais que um conceito e tampouco é uma maneira de exaltar essa concepção ignorando, isolando ou até mesmo excluindo as demais. É por isso que no início do capítulo encontra-se uma pequena consideração a respeito dos modelos eclesiológicos para depois se apresentar as linhas e ferramentas com as quais o tecido da Igreja como Povo de Deus foi se conformando.

Dentre tantas outras possibilidades de expressões a serem escolhidas pelo Concílio Vaticano II, a expressão Povo de Deus foi a mais relevante e grandiosa, pois tirava o foco do sujeito eclesial específico, isto é, aquele que pertencia à hierarquia, para aumentar o foco, englobando àqueles que participavam da vida eclesial. Além disso, essa escolha possibilita um forte apelo teológico-antropológico, pois dizer povo de Deus não significa enxergar somente o caráter transcendente, mas assumir as realidades, condições e limites de um povo que está presente na história concreta.

A definição eclesiológica de Povo de Deus foi muito acertada pelo Concílio e continua sendo muito atual, mas no período posterior ao concílio surgiram dificuldades que ao invés de contribuir acabaram limitando as consequências que poderiam ter sido tiradas dessa noção. Nesse sentido, o autor traz elementos em vista de uma fidelidade ao Concílio Vaticano II, porém alguns fatores fizeram com que houvesse certa mudança de rota durante o voo das ideias e formulações elaboradas e assumidas pelos padres conciliares. Desse modo, em 1985, foi lançado um sínodo com o objetivo de promover e mostrar para o povo o que foi realizado no Concílio, no entanto, os ventos foram um tanto contrários e aquilo que deveria ser um espaço para se criar alternativas de como incorporar na vida pastoral da Igreja as ideias conciliares acabou sendo um momento de retrocesso ao dar mais ênfase no mistério da Igreja do que reforçar o valor do Povo de Deus.

Aurélio finaliza o segundo capítulo mostrando a importância da participação de todos os segmentos da Igreja em sua dinâmica histórica. Pensar e organizar a Igreja como Povo de Deus não significa apenas colocar em vigência um sistema democrático, mas dar voz para que todos manifestem suas ideias, deixando clara a importância de se formar uma Igreja cada vez mais dialogal, interligada e relacionada, que se complementa através de seus diferentes membros e modos de conceber a realidade. Por isso, assumir uma postura de Igreja - Povo de Deus não é algo mágico ou fácil, mas é ter a consciência da importância do reconhecimento do outro como irmão e assim estabelecer espaços fraternos e comunitários. Complementando com o pensamento do Papa Francisco: é necessária muita conversão pessoal e pastoral, assim será mais fácil criar um projeto de comunhão e participação firmado no respeito e na aceitação das diferenças.

O último capítulo traz a era pós conciliar como uma nova fisionomia eclesial e para isso é necessário que a Igreja assuma sempre um caráter reformador para não parar no tempo e se achar perfeita, pronta, sem a necessidade de fazer uma autocrítica. Além disso, o autor busca fazer um breve e geral exame do que foi o Vaticano II, elencando contribuições memoráveis e irrenunciáveis, resistências e retrocessos, apresentando as lacunas e limites na formulação desse modo de ser Igreja que no hoje da história revela ressonâncias do passado.

Após elencar os avanços que o Concílio Vaticano II proporcionou no diálogo com o mundo moderno marcando também o início da modernidade no seio da própria Igreja, o autor procura apontar no texto os fundamentos para uma eclesiologia libertadora que surgiram nas sessões conciliares. Para finalizar, o que há de mais novo no livro é apresentação das características marcantes de Jorge Mário Bergoglio, eleito papa em 13 de março de 2013 e que possibilitou uma nova estação eclesial, retomando aspectos essenciais do Vaticano II, seja no diálogo com o mundo atual ou no acompanhamento das diversas realidades eclesiais problemáticas como a questão da família, a dimensão da ação missionária, a cúria romana e os escândalos, a acomodação pastoral, entre outras, sem falar da preocupação global do bispo de Roma em relação ao meio ambiente, migrantes e refugiados.

Por fim, a obra elaborada com muito esmero e minuciosa pesquisa científica possibilita uma bela esplanada do que foi o Concílio Vaticano II, suas implicações no modo de ser Igreja no hoje da história, apontando para a importância de se caminhar com o pastor carismático e próximo do povo que é Francisco, um exemplo de missionário e discípulo de Jesus de Nazaré, atento e solidário com aqueles que são os preferidos de Deus, isto é, os mais vulneráveis e pobres, afinal devem ser eles a primeira preocupação da Igreja dentro de sua ação evangelizadora.

Lucas Henrique dos Santos¹

¹ Lucas Henrique dos Santos é bacharel em teologia.